



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 219/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 10720/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Regime Próprio de Previdência Social do Município de Urucará – RPPS/URUCARAPREV.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Sr. Arnei dos Santos Matias, Diretor do RPPS/URUCARÁ, à época.

6- Unidade Técnica: DICERP – Relatório de Inspeção nº. 23/2015 (fls. 269/286).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3744/2015-MPC-JBS, do Dr. João Barroso de Souza (fls. 287/298).

8- Relator: Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Regime Próprio de Previdência Social do Município de Urucará – RPPS/ URUCARAPREV. Exercício de 2014.

Contas Irregulares. Alcance do montante. Fixação de Prazo. Notificação ao Poder Executivo Municipal. Aplicação de Multa. Recomendações de Determinações à origem.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, no sentido de:

9.1- Julgar Irregulares as Contas do **RPPS MUNICIPAL DE URUCARÁ-UrucaráPrev**, referentes ao exercício financeiro de 2014, de responsabilidade do Sr. **Arnei dos Santos Matias**, na forma do art. 22, inciso III, alíneas “b” e “c” c/c art. 25, da Lei nº 2.423/96-LO/TCE, considerando as ocorrências das restrições sobreditas e não sanadas desta instrução.

9.2- Considerar o alcance do montante de **R\$ 4.556,82** (quatro mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e oitenta e dois centavos), com devolução aos cofres públicos corrigidos nos moldes do art. 304, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-Regimento Interno do TCE, devido às restrições nºs 12, 15 e 18.

9.3- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento do valor do débito aos cofres da Fazenda Municipal, com a devida comprovação nestes autos (art.72, III, “a”, da Lei nº 2423/96) com a devida atualização monetária (art.55, da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Res. Nº 04/02 – RITCE/AM);



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 219/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.4- Comunicar ao Poder Executivo Municipal, que no caso de não recolhimento do valor da condenação, ex vi o art.173 da Res. Nº04/2002 – RITCE/AM e expirado o prazo estabelecido, o débito deverá ser inscrito na Dívida Ativa Municipal, seguido da imediata cobrança judicial, cientificando este Tribunal de todas as medidas adotadas;

9.5- Aplicar multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) com base no art. 54, II e III, da Lei 2.423/96, c/c o art. 308, V e VI, da Resolução nº 04/02, devido às restrições não sanadas (nº 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 18 e 19).

9.6- Fixe prazo de 30 (trinta) dias para o **recolhimento** aos cofres da Fazenda Estadual da **MULTA** aplicada, com a devida comprovação perante a este Tribunal, nos termos dos arts. 72, III, “a”, da Lei nº 2.423/96.

9.7- Expirado o prazo estabelecido, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução nº 04/2002-TCE/AM), **autorizando desde já a inscrição da penalidade na dívida ativa e a instauração da cobrança executiva** em caso de não-recolhimento do valor da condenação, ex vi do art. 173, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

9.8- Recomende à origem para que:

9.8.1- faça a reescrituração do Livro Tombo contendo as informações mínimas indicadas no art. 94 da Lei n. 4320/64;

9.8.2- observe com maior rigor as exigências da legislação de licitações e contratos, que formalize os processos de dispensa de licitação e preceda todas as contratações de compras, obras e/ou serviços de ampla pesquisa de mercado, como condição básica para seleção da melhor proposta à Administração;

9.9- Determine à origem para que:

9.9.1- apresente a regularização das impropriedades listadas nas Restrições nº 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10, ou as medidas saneadoras tomadas;

9.9.2- doravante as diárias do presidente do RPPS sejam autorizadas pela autoridade máxima do Executivo Municipal;

9.9.3- observe com maior rigor os prazos de recolhimento de tributos de modo a evitar o pagamento de juros e multas.

9.10- Determinar à próxima comissão de inspeção que auditar as contas do UrucaráPrev para que verifique o cumprimento das determinações/recomendações desta Corte.

10- Ata: 7ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 09 de março de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 219/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro- Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral